



**ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**RECIBO DE FORNECIMENTO DE EDITAL
CREDENCIAMENTO Nº 004/2022**

Modalidade: **CREDENCIAMENTO**

Tipo: **PRESENCIAL**

Processo Administrativo nº: **03678/2022**

Objeto: Constitui o objeto do presente credenciamento de empresa(s) para contrato administrativo na prestação de serviços com profissionais na área de saúde para atenderem na unidade de Saúde do PSF Drº Rui Brandão que compõem o Sistema Único de Saúde do Município de Buriti Alegre, Estado de Goiás, até 28 de dezembro de 2022.

RECIBO

A Empresa _____ CNPJ nº _____
_____ retirou este Edital de licitação e deseja ser informada de
qualquer alteração pelo e-mail _____ ou pelo telefone:
_____ e fax: _____.

_____, aos _____ / _____ / _____

(Assinatura)

OBS.: Este recibo deverá ser remetido AO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE-GOÍÁS.

PELO E-MAIL: licitacaoburitialegre@hotmail.com PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO.

OBS. Toda informação adicional deste certame será divulgada conforme exigência em lei faz-se saber que o não envio deste documento preenchido corretamente, exime a administração da obrigação de qualquer eventual informação deste pregão diretamente ao licitante.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 004/2022.

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** do Município de Buriti Alegre, Estado de Goiás, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.267.244/0001-51, comunica que realizará, na sala de licitação, situado a Rua Goiás, nº 563, 1º andar, Centro, Buriti Alegre - GO, **a partir do dia 24 de agosto de 2022 até 28 de dezembro de 2022, com início das 07:00 às 11:00 horas e/ou 13:00 às 17:00 horas, todas quartas – feiras**, em caráter permanente, o credenciamento para prestação de serviços profissionais na área de saúde para atenderem na unidade que compõem o Sistema Municipal Saúde de Buriti Alegre, conforme especificações constantes dos anexos I, II, do edital, que torna público para os interessados a participarem do procedimento de credenciamento, apresentar documentação e proposta, conforme condições deste **EDITAL** e por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei nº. 8883/94, de 08 de junho de 1994, e a Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, e suas posteriores alterações, e fundamentada pela a instrução normativa do TCM nº 07/2016, e respectivas alterações dadas pela instrução normativa do TCM nº 01/2017.

1. DO OBJETO

1.1 - Constitui o objeto do presente credenciamento de empresa(s) para contrato administrativo na prestação de serviços com profissional(is) na área de saúde para atenderem na unidade de Saúde do PSF Drº Rui Brandão, que compõem o Sistema Único de Saúde do Município de Buriti Alegre, Estado de Goiás para atuar com crianças que apresentam alterações como trocas e omissões de sons da fala, TDAH, TOD, TEA, autismo, dislexia e disgrafia, sendo os contratos celebrados ANUALMENTE, podendo ser prorrogados conforme Art. 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

1.2 - Os serviços constam do anexo I do presente edital.

2. DO CARGO E DAS VAGAS

2.1 - O Credenciamento destina-se ao provimento das funções necessárias no momento e das que ocorrerem dentro do prazo de validade do presente Credenciamento, referente a função disposta no Anexo I, sempre que houver necessidade de contratação temporária;

2.2 - A função objeto deste Credenciamento, lotação, vagas, especialidade, carga horária e remuneração estão indicadas no Anexo I;

2.3 – A(s) empresa(s) com o seu(s) profissional(s) credenciado(s) serão contratados para o preenchimento das vagas fixadas neste edital e que vierem a surgir, dentro do prazo de validade do presente credenciamento.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste credenciamento quem satisfaça as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos I e II.

3.2 - A participação neste credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas nos documentos e componentes deste Edital e legislação pertinente.

3.3 - Fica ciente que a empresa(s) credenciada, com o seu(s) respectivo(s) Profissional, aceitando sua contratação, será lotado, conforme designação do Edital, bem como eventual solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a vaga a que concorrer;

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 - O período do credenciamento inicia no dia 24 de agosto de 2022, das 07:00 às 11:00 horas e/ou 13:00 às 17:00 horas, todas quartas-feiras semanais em caráter permanente, até 28 de dezembro de 2022, no departamento de licitação, sito a Rua Goiás, nº 563, 1º andar, Centro, em Buriti Alegre – GO.

4.2 - O Procedimento de Credenciamento previsto neste Edital dar-se-á através da entrega dos envelopes, nos dias, horários e local determinado no item 4.1 deste Edital, não sendo possível a juntada de nenhum documento comprobatório após a realização do Credenciamento. Deverá ser entregue em via única, as cópias dos documentos abaixo relacionados dos profissionais vinculados as empresas, bem como ficha dos anexos (III e IV) devidamente assinados:

4.2.1 - CPF – Cadastro de Pessoas Físicas no Ministério da Fazenda;

4.2.2 - CI – Carteira de Identidade/Registro Geral junto a órgão oficial de identificação;

4.2.3 - Documento de Identidade Profissional onde consta o número de inscrição junto à entidade profissional da área de atuação; certificado de conclusão de curso: Diploma – devidamente registrado no órgão ou entidade competente;

4.2.4 - Certificado de Conclusão de Cursos mencionados nos Anexos (III e IV) do presente edital na área específica do Credenciamento (Doutorado, Mestrado, Pós Graduação e curso acima de 120 (cento e vinte) horas para nível superior e curso de atualização acima de 08 (oito) horas para nível médio e fundamental);

4.2.5 - Comprovante de endereço atualizado;

4.2.6 - Certidão que comprove adimplência junto ao Conselho Regional da Categoria;

4.2.7 - Certidão negativa de processo junto a Comissão de Ética do Conselho Regional a qual está submetido.

4.2.8 – Certidão de Quitação Eleitoral, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral.

4.2.9 – Curriculum Vitae.

Obs.* Todo e qualquer documento com fins comprobatórios de experiência, não mencionado neste rol exemplificativo deverão ser juntados aos demais, seguindo os critérios desde Edital, de forma em que possa ser facilmente compreendido e atestado sua veracidade.

4.3 – Os formulários de cadastramento, conforme os Anexos (III e IV) estará disponível para retirada e preenchimento no ato de entrega das documentações previstas neste instrumento, dentro do prazo mencionado;

4.3.1 - É de fundamental importância que o candidato preencha de forma correta todos os dados solicitados, sendo que, só serão considerados os dados devidamente comprovados mediante juntada de documentação nos moldes determinados neste Edital;

4.3.2 - O Correto preenchimento do formulário de cadastramento será de total responsabilidade do candidato;

4.4 - Os documentos para o credenciamento deverão ser apresentados em cópias, ficando estes arquivados junto ao Setor de Arquivo/contratos da Secretaria Municipal de controle interno, não sendo autorizada sua posterior extração.

4.5 - Se o interessado se fizer representar por procurador, este deverá juntar à documentação da inscrição cópia do seu documento de identidade, do CPF e do competente instrumento de mandato (procuração), com firma reconhecida em Cartório.

4.6 - As certidões/declarações que não contenham expresse a data de validade, considerar-se-á válida por 60 (sessenta) dias, contados a partir de data de emissão.

4.7 - O inteiro teor do Edital estará disponível no site do Município de Buriti Alegre, **www.buritialegre.go.gov.br**, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção desse documento;

4.8. – O credenciamento por si só não gera direitos para o(a) profissional, tampouco obriga a Administração, ao efetivo credenciamento e/ou contratação. Será credenciado apenas o interessado que for regularmente inscrito nas condições exigidas no presente Edital desde que e quando haja necessidade do Fundo Municipal de Saúde.

4.9 - Não poderão participar no credenciamento os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87 da Lei 8666/93.

- 4.10 - São as condições de participação dos profissionais vinculados as empresas:
- 4.10.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado;
 - 4.10.2 - Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
 - 4.10.3 - Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
 - 4.10.4 - Ter nível de formação mínima exigida;
 - 4.10.5 - Ter disponibilidade de tempo integral para exercer as atividades previstas;
 - 4.10.6 - Conhecer e estar de acordo com as exigências do presente edital;
 - 4.10.7 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data do credenciamento;
 - 4.10.8 - Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da especialidade;
 - 4.10.9 - Não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público;
 - 4.10.10 - apresentar os documentos que se fizerem necessários por ocasião da contratação.
 - 4.10.11 - O candidato deverá ter disponibilidade da carga horária semanal citada no anexo II, como requisito mínimo a ser preenchido.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento será realizado em única etapa: Análise Curricular, de caráter eliminatório e classificatório, onde será avaliada experiência de exercício de atividade profissional na Administração Pública ou Privada, em empregos/cargos especializados na área específica a que se concorre, nível de formação e capacitação profissional.

A análise curricular compreende:

A investigação da veracidade das informações contidas na documentação apresentada;

Os critérios utilizados para a pontuação são cumulativos, ou seja, a atribuição de pontos por apresentação de um certificado e ou diploma não exclui a consideração de outro, desde que comprovado mediante a apresentação da documentação hábil seguindo os critérios deste Edital.

5.2. Os certificados e diplomas expedidos por instituição estrangeira deverão ser revalidados por instituição de ensino superior brasileira.

5.3. Os títulos especificados neste Edital deverão conter timbre, identificação do órgão expedidor, carimbo e assinatura do responsável e data.

5.4. Para comprovação de conclusão de curso de pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado somente será aceito o diploma, devidamente registrado, expedido por instituição oficial ou reconhecida pelo MEC.

5.5. Para receber a pontuação relativa ao título correspondente a curso de especialização, o candidato deverá comprovar que o curso de especialização foi realizado de acordo com as normas do Conselho.

5.6. Para receber a pontuação relativa ao tempo de experiência na atividade para a qual se candidatou, o candidato deverá atender a uma das seguintes opções:

a) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) acrescida de declaração do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas, se realizado na área privada;

b) Certidão que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas, se realizado na área pública;

c) Contrato de prestação de serviços ou recibo de pagamento de autônomo (RPA) acrescido de declaração que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado.

5.7. A declaração e a certidão mencionadas nas opções “a” e “b” do subitem anterior deverão ser emitidas por órgão de pessoal ou de recursos humanos. Não havendo órgão de pessoal ou de recursos humanos, a autoridade responsável pela emissão do documento deverá declarar/certificar também essa inexistência.

5.8. A declaração mencionada na opção “c” do subitem 5.6 deste edital, deverá ser emitida pelo contratante.

5.9. Para efeito de pontuação, não será considerada fração de ano nem sobre posição de tempo, salvo, exclusivamente para critério de desempate conforme item 5.6 alínea “b” do referido Edital.

5.10. Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado quando traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

5.11. Cada título será considerado uma única vez.

5.12. Serão excluídos do Credenciamento o candidato que:

- a) Fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;
- b) Não mantiver atualizado seu endereço. Em caso de alteração do endereço constante da “FICHA DE INSCRIÇÃO”, o candidato deverá preencher documento, indicando seu cargo e mencionando o Processo de Credenciamento, objeto deste Edital.
- c) Tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização do Processo de Credenciamento.

6. DOS PREÇOS, FATURAMENTO E PAGAMENTO.

6.1 - Os valores dos serviços são os definidos pelo SIA-SIH/SUS (**SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS – SISTEMA DE INFORMAÇÃO HOSPITALAR / SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**), junto a Secretaria Municipal de Saúde, validados pelo Conselho Municipal de Saúde, para o serviço/especialidade contratado, constante dos anexos I e II.

6.2 - O pagamento será efetuado mediante comprovação efetiva do serviço, seguido da apresentação da Nota Fiscal, após liberação dos recursos pelo repasse do município.

7. DA DOCUMENTAÇÃO

7.1 - Os interessados deverão apresentar toda a documentação a qual está contida no *rol* de documentos para serem apresentados, nos dias previstos neste, a partir de sua abertura, no envelope “da documentação”, sendo tais documentos relacionados nos itens 7.6.1, 7.6.2 e 7.6.3, deste Edital.

7.2 - A Habilitação e a Proposta deverão ser protocoladas junto ao departamento de protocolo do município, situado na Rua Goiás, nº 563, Centro, em Buriti Alegre - GO, em 02 (dois) envelopes separados, lacrados, contendo em sua parte externa e frontal, além do nome do proponente, os seguintes dizeres:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BURITI ALEGRE – FMS.
CREDENCIAMENTO Nº. 004/2022
NOME DA EMPRESA
CNPJ DA EMPRESA

7.3 - O primeiro envelope deverá ter como subtítulo “**HABILITAÇÃO**” e o segundo o subtítulo “**PROPOSTA**”.

7.4 – Os envelopes da habilitação e a proposta serão encaminhados pelo o departamento de protocolo para à Comissão Permanente de licitação, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

7.5 - O envelope “**HABILITAÇÃO**” deverá conter, nos casos abaixo previstos, além dos documentos indicados nos itens 7.6.1, 7.6.2 e 7.6.3, e o seguinte:

I – procuração pública ou particular, desde que com a firma reconhecida, outorgada ao representante com poderes para participar da licitação e decidir questões suscitadas, bem assim assinar pela empresa neste procedimento;

II - Cópia autenticada da carteira de identidade e CPF do procurador, em caso de participar no certame o procurador;

III - Cópia autenticada da carteira de identidade e CPF do representante legal da empresa.

IV - Caso o representante for um dos sócios, essa condição será avaliada mediante a análise do contrato social e apresentação de documento de identidade do sócio.

7.5.1 - O envelope da “**PROPOSTA**” deverá conter, nos casos abaixo previstos, além dos **anexos** (III e IV), e os documentos indicados nos itens 4.2.1 ao 4.2.9 de todos os profissionais.

7.6 – Documentos a serem apresentados para a habilitação da(s) empresa(s):

7.6.1. – DA COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.6.1 Registro comercial, no caso de empresário individual: inscrição no registro público de Empresas Mercantis, a cargo da junta comercial da respectiva sede;

7.6.2 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.6.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.6.4 - Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.6.5 - Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício; ou

7.6.6 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.6.2 – COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL

I. Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda, atualizada para o exercício em curso.

II. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, regularidade à Seguridade Social ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da licitante.

III. Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Estadual, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte;

IV. Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal, da sede da licitante ou Certidão de não Contribuinte;

V. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); dentro do prazo de validade;

VI. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Lei nº. 12.440, de 07 de junho de 2011).

7.6.3 – COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor do juízo da comarca em que se localizara sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, do registro do credenciamento.

7.7 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou autenticados por servidor da Administração Pública.

7.8 - O documento/certidão que não contiver expresso o seu prazo de validade será considerado válido por 30 dias de sua emissão

8 - DA PROPOSTA

8.1- A PROPOSTA deverá conter:

- Relação dos profissionais da empresa conforme formulário III, em anexo, com a identificação respectiva da profissão e especialidade em que pleiteia o credenciamento;
- Autorização do profissional para ser credenciado pela empresa, quando o profissional não for o sócio administrador;
- Documento de identidade profissional de cada um dos profissionais emitido pelo conselho profissional de cada categoria;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF, de todos os profissionais;
- Comprovante de especialista quando for o caso;

8.2 - A proposta deverá ser preenchida conforme formulários e modelo (anexo IV).

8.3 - Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com o presente Edital e que não forem assinadas pelos proponentes.

8.4 - A Comissão Permanente de Credenciamento não aceitará proposta que contiver quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital ou que apenas ofereça redução sobre a proposta de menor preço.

8.5 - Não serão aceitas reivindicações dos proponentes, pleiteando qualquer adicional de preço por falta ou omissões, que por ventura vierem a ser verificado em sua proposta, ou pedido de desconsideração da mesma, por razões semelhantes.

8.6 - Não serão aceitas propostas via e-mail e/ou outras formas similares que propicie a violação do seu sigilo.

8.7 - Também serão desclassificadas as propostas que contiverem preços inexecutáveis e/ou reajustes em moeda estrangeira, conforme legislação vigente.

8.8 - Em caso dos interessados se fazerem representar por prepostos ou representantes estes, deverão se munir de procuração específica para tal ato, com firma reconhecida, ou procuração pública, sob pena de lhes ser vedada impugnar concorrentes, ou a manifestação no procedimento.

9. DO PROCEDIMENTO

9.1 A Comissão Permanente de Credenciamento incumbe:

- a) Receber as propostas no local, datas e horários fixados neste Edital;
- b) Proceder à abertura dos envelopes, rubricar os documentos e as propostas;
- c) Lavrar as atas das sessões;
- d) Analisar as propostas;
- e) Proceder ao julgamento.

9.2 Não serão permitidas, após a entrega das propostas, complementação e/ou alteração dos documentos exigidos no Edital, podendo, porém, a Comissão em qualquer fase, solicitar esclarecimentos que julgar necessários para a consecução dos objetivos pretendidos.

10. DO JULGAMENTO

10.1 O julgamento das propostas será realizado pela Comissão Permanente de Credenciamento, em até 07 (sete) dias úteis após o protocolo, que se orientarão pelos critérios estabelecidos no presente Edital, abrindo prazo em 05 (cinco) dias para notificação da credenciada, para caso queiro interpor recurso no mesmo prazo.

10.2 A Comissão, recebendo os envelopes, submetê-los-á à análise de todos os participantes, promovendo a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação.

10.2.1. – Cada empresa, por seu representante, terá o direito de examinar a documentação do seu concorrente, promovendo as impugnações que julgar convenientes ao final da abertura de todos os envelopes respectivos.

11. DOS RECURSOS

11.1 Das decisões proferidas nas fases desse certame cabem os recursos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, sendo que não serão aceitos recurso via e-mail e/ou outras formas similares.

12. DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 Se nenhuma irregularidade ocorrer, a Comissão Permanente de Credenciamento proporá ao Presidente a homologação do resultado do credenciamento e a adjudicação ao(s) credenciado(s) julgado(s) apto(s), observados os critérios estabelecidos neste Edital.

13. DA CONVOCAÇÃO

13.1 - Serão convocados os profissionais credenciados por ordem de preenchimento das vagas fixadas neste edital.

13.2 - Se não forem preenchidas todas as vagas ou se ocorrerem às hipóteses de descredenciamento, rescisão contratual ou acréscimo de serviços, a convocação também se dará por solicitação do Fundo Municipal de Saúde, realizar dentro do período de vigência do presente edital em caso de esgotamento do cadastro de reserva.

13.3 - O Fundo Municipal de Saúde convocará os profissionais credenciados para assinatura do contrato de Prestação de Serviços, conforme Minuta de Contrato (Anexo V).

13.4 - Para assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, os profissionais terão o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a convocação, permitindo-se a prorrogação por igual período na forma do parágrafo 1º, art. 64, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

13.5 - Os candidatos convocados deverão comparecer, imediatamente, no setor de contratos do município para assinatura do contrato, em conformidade com o edital de convocação.

13.6 - O candidato que não atender a convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto no item 13.4, será automaticamente reclassificado para o último lugar da lista de classificação.

13.7 – O registro do credenciamento do profissional não obriga o Fundo Municipal de Saúde a efetuar sua contratação. As contratações se darão dentro dos limites de vagas estabelecidos neste edital e de acordo com a demanda.

14. DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

14.1 - O contrato que vier a ser firmado entre as partes obedecerá ao disposto no presente Edital de Credenciamento, bem como os dispositivos constantes da Lei Federal nº 8.080/90 e das leis nºs 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei nº. 8.883/94, de 08 de junho de 1994 e alterações posteriores.

14.2 - O referido contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, compreendido a partir da data de sua assinatura, podendo ser alterado ou prorrogado de comum acordo entre as partes, de acordo com os princípios estabelecidos no art. 57, da Lei n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores.

14.3 - O contrato poderá ser alterado mediante a apresentação das devidas justificativas, de acordo com disposição do art. 65, pela Lei 8.666/93.

14.4 - O referido Instrumento contratual poderá ser rescindindo a qualquer momento, quando houver inadimplência de qualquer das partes contratantes, ou em virtude do que dispõe os art. 78 e 79 da referida Lei de Licitações;

14.5 - O contrato administrativo firmado na forma deste credenciamento não gerará vínculo empregatício;

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/DOS RECURSOS FINANCEIROS

15.1 - Como recursos orçamentários e financeiros para aporte do credenciamento em epígrafe serão utilizados os constantes da Lei Orçamentária Anual, para cada caso.

15.2 - Financeiros: Serão utilizados recursos próprios de repasse do Município de Buriti Alegre, e os repasses do SIA/SUS/FNS.

16. DA RESCISÃO

16.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento administrativo;

16.2 - Constituem motivos para rescisão do contrato, no que couberem, as hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93;

16.3 - A rescisão contratual poderá ocorrer nas condições e formas previstas no artigo 79 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

17. DOS RECURSOS, DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

17.1 – Recursos:

a) - Das decisões proferidas pelo Fundo Municipal de Saúde caberão recursos no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e alterações;

b) - O recurso deverá ser interposto mediante petição impressa de processamento eletrônico de dados (computador), devidamente arrazoada e subscrita pelo recorrente, obedecendo aos prazos previstos na Lei de Licitações;

17.2.1 - Penalidades:

a) - O não cumprimento ou cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação dos serviços, por parte CONTRATADA, ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato, para cada notificação expressamente formalizada, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei;

b) - A aplicação da multa prevista no item anterior poderá ocorrer somente (três) vezes, sendo que a próxima notificação ensejará a obrigatória rescisão contratual e aplicação das demais sanções legais previstas.

c) - A CONTRATADA ficará sujeito às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, nos casos não previstos neste edital.

17.3 – Descredenciamento:

17.3.1 - Ocorrerá o descredenciamento quando:

a) - Por algum motivo o credenciado deixar de atender as condições estabelecidas neste Edital.

b) - Na recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido, implicando em seu imediato descredenciamento

e na imediata suspensão do direito de licitar com o Município de Buriti Alegre – GO, pelo prazo de 02 (dois) anos;

c) - Quando o credenciado declarar informação falsa, ou que não puder ser comprovada através de documentos.

17.4 – Sanções:

17.4.1 - Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado, junto ao Fundo Municipal de Saúde, poderá, garantida a prévia defesa do contratado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste edital juntamente com as seguintes sanções:

a) - Advertência;

b) - Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

c) - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir à Administração os prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior, sendo neste caso facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias.

18 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

18.1 - É de inteira responsabilidade do representante da empresa, acompanhar todas as publicações referentes ao Credenciamento no Diário Oficial do Município e no site do Município de Buriti Alegre, www.buritialegre.go.gov.br.

18.2 - A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como a observância dos preceitos e regulamentações em vigor.

18.3 – O Fundo Municipal de Saúde, na forma do disposto no parágrafo 3º do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e alterações, reserva-se o direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a este credenciamento.

18.4 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes (Participantes) pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos ao presente credenciamento.

18.5 – São partes integrantes do presente Edital:

Anexo I - Cargos e especialidade;

Anexo II - Remuneração, procedimentos, carga horaria;

Anexo III - Formulário de Cadastramento (Nível Superior);

Anexo IV - Formulário de Cadastramento (Modelo de Proposta);

Anexo V - Minuta Contrato de Prestação de Serviços.

Anexo VI - Análise Curricular

18.6 - Os contratados serão lotados de acordo com as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

18.7 - A aprovação no Credenciamento gera apenas a expectativa de direito à contratação. Fica assegurado o Fundo Municipal de Saúde o direito de proceder a contratação dos candidatos classificados que excederem o número de vagas ofertadas, desde que haja demanda de vagas e disponibilidade financeira.

Comissão Permanente de Licitação do Município de Buriti Alegre, Estado de Goiás, aos 17 dias do mês de agosto de 2022.

Mauro Martins de Oliveira Júnior
Presidente CPL

TERMO DE REFERÊNCIA

SOLICITANTE: Fundo Municipal de Saúde de Buriti Alegre – Goiás
CNPJ nº 11.267.244/0001-51

Vigência: Validade do contrato do Credenciamento de 12 meses.

Justificativa: A presente solicitação destina-se ao cadastramento de Pessoas Jurídicas para posterior **Credenciamento para o ano de 2022**, mediante documentação e pedido de inscrição para prestação de serviços na unidade de Saúde do PSF Dr. Rui Brandão, para atuar com crianças que apresentam alterações como trocas e omissões de sons da fala, TDAH, TOD, TEA, autismo, dislexia e disgrafia, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde para o exercício do ano de 2022.

Sendo o Credenciamento para o seguinte:

ORDEM	PROFISSIONAL	ESPECIALIDADE	Nº VAGAS
01	Fonoaudióloga(o)	Fonoaudióloga(o)	01 (uma) Vaga + Cadastro Reserva

Sendo com atenção especial ao Programa Saúde da Família, para área da saúde aos usuários do Sistema SUS (Sistema Único de Saúde) do Município de Buriti Alegre, para fins de atendimentos.

Do Cadastro de Reserva: Será constituído de todos aqueles que apresentarem o requisito básico e não forem eliminados do credenciamento.

Na seguinte Dotação Orçamentária do exercício de 2022:

Fonoaudióloga(o)	
DOTAÇÃO/FONTE	VALOR PREVISTO DO CONTRATO
Unidade Orçamentária: 06.01 Função Programática: 10.301.1038.2.123 Elemento da Despesa: 3.3.90.39.00 Ficha: 0404 Fonte de Recurso: 102	Valor pago por cada profissional, conforme aprovação do Conselho Municipal de Saúde: <ul style="list-style-type: none">• Fonoaudióloga(o) com atenção especial ao Programa Saúde da Família, com carga horária de 20 horas semanais, com remuneração no valor de R\$ 3.750,00 (Três mil, Setecentos e Cinquenta Reais) mensais, totalizando R\$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais). Apresentar Mapa de Produção devidamente assinado e carimbado pelo o profissional.
TOTAL PREVISTO DO PERÍODO	R\$ 45.000,00

Por se tratar de mera estimativa de gastos, o valor acima não se constitui, em hipótese alguma, compromisso futuro para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do município de buriti alegre, razão pela qual não poderá ser exigido nem considerado como valor para pagamento mínimo, podendo sofrer

alterações de acordo com as necessidades do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, sem que isso justifique qualquer indenização ao CONTRATADO.

O presente processo destina-se a cadastrar pessoas jurídicas para posterior credenciamento, mediante documentação e pedido de inscrição para:

- a) Fonoaudióloga(o) com atenção especial ao Programa Saúde da Família, para atendimento na Unidade Básica de Saúde.

1 DA JUSTIFICATIVA

1.1 A presente solicitação trata-se de necessidade da Secretaria Municipal de Saúde para atendimento na prestação de serviços de Fonoaudiologia aos usuários do Sistema SUS do Município de Buriti Alegre. Atendimento especializando junto à RAS (Rede de Atendimento à Saúde), constituída de equipe multidisciplinar, responsável pelo atendimento de forma resolutiva da população da área adstrita e pela construção de vínculos positivos e intervenções clínicas e sanitárias efetivas;

1.2 Atribuições, do ponto de vista organizacional, como participar do processo de territorialização, identificando situações de risco e vulnerabilidade, realizando busca ativa e notificando doenças e agravos de notificação compulsória; cadastrar famílias e indivíduos, garantindo a qualidade dos dados coletados e a fidedignidade do diagnóstico de saúde do grupo populacional da área adstrita de maneira interdisciplinar, com reuniões sistemáticas, organizadas de forma compartilhada, para planejamento e avaliação das ações;

1.3 Elaborar e providenciar ações de saúde da unidade;

1.4 Alimentação dos sistemas de informações de saúde exigidos pelo estado e união a fim de manter ativos programas e recursos que são de suma importância ao município.

1.5 A Portaria GM nº 648, de 28 de março de 2006, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, assim dispõe sobre os princípios gerais e das responsabilidades de cada uma das esferas de governo

“2 - DAS RESPONSABILIDADES DE CADA ESFERA DE GOVERNO
(...)”

“Os municípios e o Distrito Federal, como gestores dos sistemas locais de saúde, são responsáveis pelo cumprimento dos princípios da Atenção Básica, pela organização e execução das ações em seu território.”

1.6 – Atenção à Lei nº 8.080, de 19 de setembro 1990, juntamente com a Lei nº 11.350, de outubro de 2006, Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011 que regulamenta a Lei nº 8.080/90, aos olhos da Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009, que trata do processo de integração das ações de vigilância em saúde e atenção básica em conjunto com a Portaria do Ministério da Saúde nº 2.488/2011 que Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

2 DO OBJETO

2.1 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços com profissionais, para a terceirização da prestação dos técnicos profissionais na área de saúde, para o desempenho em consultas, para atuar com crianças que apresentam alterações como trocas e omissões de sons da fala, TDAH, TOD, TEA, autismo, dislexia e disgrafia, a serem executados na unidade de Saúde do PSF Drº. Rui Brandão, bem como nos Programas onde seus serviços forem necessários, do(a) profissional da CREDENCIADA neste município de Buriti Alegre, mediante prévia designação da CREDENCIANTE, ou em locais para os quais for designado conforme condições e especificações consignadas neste Termo de Referência, para atender o Fundo Municipal de Saúde de Buriti Alegre – GO.

3 DO DETALHEMTO DO OBJETO

Para a execução do objeto, obriga-se para tanto:

3.1 Promover o atendimento aos pacientes, nos locais onde for designado, pela Secretaria Municipal de Saúde ou Unidade de Saúde do Município de Buriti Alegre.

3.2 Documentar na forma regular os códigos dos procedimentos da tabela SAI/SUA e código

4 LOCAL DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

4.1 Para prestação de serviços na unidade de Saúde do PSF Drº. Rui Brandão, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2022.

5 DO RAZO DE VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência da contratação pretendida dar-se-á da data de assinatura do Contrato de Prestação de Serviços oriundo do presente termo, válido por 12 meses.

6 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes deste processo correrão à conta de recursos alocados no Orçamento vigente do Município de Buriti Alegre GO, na seguinte dotação orçamentária:

06 – FMS Buriti Alegre

06.01 – Fundo Municipal de Saúde

06.01.10 – Saúde

06.01.10.301 – Atenção Básica

06.01.10.301.1038 – Assistência à Saúde

06.01.10.301.1038.2.123 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica

0404 - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

7 DO PAGAMENTO

7.1 O preço dos serviços ora credenciados se dá pelo trabalho prestado pelo(a) profissional, sendo percebido mensalmente, devendo o(a) profissional descrever os procedimentos atendidos, utilizado na unidade a qual presta seus serviços, sendo estas informações utilizadas para determinar o Boletim de

Rua Goiás, nº 563, Centro – Buriti Alegre – Goiás, CEP 75.660-000

CNPJ: 11.267.244/0001-51 - Fone: (064) 3444-9908

Produção Individual (BPI), APAC'S, que serão expedidos e anexados aos documentos comprobatórios do serviço, no qual ficarão especificados os procedimentos realizados, conforme estabelecido na tabela do SIA-SUS.

7.2 A CREDENCIADA se obriga a entregar até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao laborado, os mapas de atendimento, escala de frequência, para pagamento das faturas relativas aos serviços prestados, as quais deverão vir acompanhadas dos relatórios individualizados, com discriminação dos serviços prestados pelo(a) profissional. A CREDENCIANTE se concederá o prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento destes documentos para apresentar, por escrito, reclamações sobre erros de cálculo dos valores, tomando as devidas providências conforme instrução do Ministério da Saúde.

7.3 O pagamento dos serviços prestados será efetuado até o sétimo dia útil após repasse dos recursos do município.

8 DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

8.1 O valor mensal estimado da contratação é de R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais) que corresponde um estimado contratual anual no valor global de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

9 FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 Os serviços de que se trata este CREDENCIAMENTO serão prestados na unidade de Saúde do PSF Drº Rui Brandão, bem como Programa onde seus serviços forem necessários, mediante prévia designação por intermédio de ato do contratante.

10 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação serão aquelas previstas na Lei nº 8.666/93, arts. 78 e 86.

11 PENALIDADES

11.1 – O(a) profissional que, sem justa causa, depois de credenciado não cumprir com as obrigações correspondentes ao atendimento aos beneficiários, ficará sujeito às penalidades, previstas nos artigos 86 e 87 e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93, abaixo:

11.1.1 - Advertência;

11.1.2 - Multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação, nos casos de se negarem a cumprir com as obrigações assumidas expressa ou tacitamente, valor este atualizado até a data de sua liquidação através do mesmo índice de correção monetária atualizando até a data de sua liquidação através do mesmo de correção monetária utilizado para os serviços públicos municipais;

11.1.3 - Cancelamento do credenciamento junto ao Cadastro de Profissionais de Saúde da Administração Municipal, ficando impedido durante 05 (cinco) anos de participar de novos chamamentos ou a sua contratação pelo poder público.

12 DA FISCALIZAÇÃO

12.1 A Secretaria Municipal de Saúde se reserva o direito de fiscalizar como lhe aprouver, e no seu exclusivo interesse o exato cumprimento das Cláusulas e condições estabelecidas em contrato, verificando a procedência dos fornecimentos e serviços prestados.

13 CONDIÇÕES GERAIS

13.1 A tolerância de qualquer parte, relativa às infrações cometidas contra disposições deste termo, não exime o infrator de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral;

13.2 A contratada, com o(a) seu(ua) respectivo(a) profissional se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena de aplicação de multa;

13.3 A contratada, com o(a) seu(ua) respectivo(a) profissional, deverá solicitar previamente o afastamento para participar de congressos, cursos, seminários e outros, devendo aguardar em serviço a autorização formal da coordenação da Secretaria Municipal de Saúde;

13.4 O Presente processo é regido pela Lei nº 8.666/93 e alterações;

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Dispêndio: Informamos que o valores estimados orçados para cada especialidade consta nos anexos I e II;

14.2 O prazo para os serviços se findará em 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser feito o aditivo nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Em relação a forma de pagamento, será mediante faturamento dos serviços e de acordo com a escala apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, comprovando os plantões nos atendimentos realizados pela contratada, além da folha de ponto apresentada pela direção da Secretaria Municipal de Saúde.

14.3 Tipo da contratação: Credenciamento, contrato de prestação de serviços e sem vínculo empregatício.

14.4 O contrato poderá ser alterado e prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

14.5 As Obrigações:

14.5.1 Atuar como profissional dentro da sua especialidade e formação, atendendo a todos os componentes das famílias residentes neste município, independente de cor, raça, sexo, idade, religião ou nacionalidade, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica;

14.5.2 Estar comprometido com a pessoa inserida no seu contexto biopsicossocial, cuja atenção não deve estar restrita a problemas de saúde rigorosamente definidos. Seu compromisso deve envolver, também, ações com indivíduos saudáveis, abordando aspectos de promoção, prevenção e educação para a saúde;

14.5.3 Valorizar a relação profissional-paciente e profissional-família como parte de um processo terapêutico de confiança;

14.5.4 Comprometer-se ao dia e horário em escala pré-definida pela secretaria contratante;

14.5.5 Em relação ao horário de atendimento, devendo o(a) profissional, nesse período permanecer na unidade que presta os serviços.

14.5.6 Ao se ausentar do posto de trabalho, por qualquer motivo, deverá comunicar a gestora do Fundo Municipal de Saúde.

15 DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1 Demais informações complementares pertinentes ao objeto e informações adicionais, que visem dirimir eventuais dúvidas na interpretação do presente Termo de Referência e orientar em todos os casos omissos, bem como aquelas para que se alcance êxito na prestação dos serviços, podem ser solicitadas através de encaminhamento, por escrito, ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações, no prédio da Prefeitura Municipal de Buriti Alegre - GO, pelo e-mail **licitacaoburitialegre@hotmail.com** ou pelo telefone **(64) 3444 - 9907**.

15.2 As dúvidas a serem dirimidas por e-mail ou telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal, sendo as demais formuladas por escrito.

Fica eleito o Fórum da Comarca de Buriti Alegre, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente.

Buriti Alegre, 17 de agosto de 2022.

DAYSY ROSA DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde
Decreto 006/2021

ANEXO I

CARGOS E ESPECIALIDADE

Ordens	Profissional	Especialidade	Nºs Vagas
01	FONOAUDIÓLOGO (A)	FONOAUDIÓLOGO (A)	01(uma) Vagas + Cadastro Reserva

ANEXO II

REMUNERAÇÃO, PROCEDIMENTOS, CARGA HORARIA

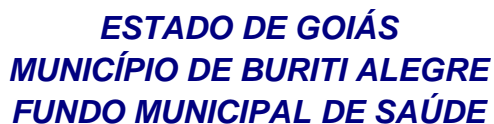
ITEM	PROFISSIONAIS	ESPECIALIDADE	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	VALORES SERVIÇOS	
					VALOR (R\$) MÊS	VALOR (R\$) PERIODO DE 12 MESES
01	Fonoaudiólogo(a)	Fonoaudiólogo(a)	20 horas semanais	Mensal	3.750,00	45.000,00



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO III
FORMULARIO DE CADASTRAMENTO
Nível Superior

DADOS PESSOAIS			
Nome (Completo):			
Especialidades:			
Áreas de Atuações:			
Nacionalidade:		Data de Nascimento: / /	
Estado Civil: () Solteiro () Casado () Divorciado () Outros			
Nome do Pai:		Nacionalidade:	
Nome da Mãe:		Nacionalidade:	
Nome do Cônjuge:			
Endereço residencial completo:			
CONTATO PREFERENCIAL			
Endereço Eletrônico (E-mail):			
Telefone Consultório: ()		Celular 1: ()	Celular 2: ()
DOCUMENTOS			
CRM n°:		Data de Emissão:	
CPF:	Doc. Identidade n°:		Órgão Emissor:
Título Eleitor:		Zona:	Seção:
Tipo de Visto:		Estrangeiro-validade: / /	
FORMAÇÃO			
Instituição de Ensino Nível Superior:			
Conclusão: / /			
Complementação: () Residência na Área () Especialização com Título () Mestrado () Doutorado			
Instituição:		Conclusão: / /	
Curso: () BLS (Basic Life Support)		Validade: / /	
Curso: () ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support)		Validade: / /	
Curso: () PALS (Pediatric Advanced Life Support)		Validade: / /	
Curso: () Socorrista		Validade: / /	
Curso:		Validade: / /	
Curso:		Validade: / /	
Data: ____/____/____		Assinatura: _____	



FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO DE PROPOSTA MODELO

Rua Goiás, nº 563, Centro – Buriti Alegre – Goiás, CEP 75.660-000
CNPJ: 11.267.244/0001-51 - Fone: (064) 3444-9908



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO - V - MINUTA CONTRATO

CONTRATO N° ____/2022 – CREDENCIAMENTO n° 004/2022.

**CONTRATO DE CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE, QUE
FIRMAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE-GO E _____**

PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Buriti Alegre, inscrito no CNPJ/MF sob o n°. 11.267.244/0001-51, com sede na Rua Goiás, n° 563, Centro, em Buriti Alegre - GO, neste ato representada pela Gestora a senhora **Daisy Rosa da Silva**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade n° _____ - _____, e CPF n° _____, residente e domiciliada na Rua _____, setor _____, CEP n° _____, nesta cidade de Buriti Alegre, Estado de Goiás, neste simplesmente se designa CREDENCIANTE; e a empresa _____, neste simplesmente designada CREDENCIADA; subordinada às cláusulas e condições que se segue; e considerando a Lei 8.666/93, e o processo de credenciamento convocado pelo **Edital n° 004/2022**, de acordo com processo administrativo n° **03678/2022**.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato é oriundo do processo administrativo n°. ____/____, de acordo com o Credenciamento n° 004/2022, com a inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, caput da Lei n°. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações dadas pela Lei n°. 8883/94, de 08 de junho de 1994, e a Lei n°. 9.854, de 27 de outubro de 1999, e suas posteriores alterações, e fundamentada pela instrução normativa do TCM n° 07/2016, e respectivas alterações dada pela instrução normativa do TCM n° 01/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste, é a contratação de prestação de serviços com profissionais definidos pela CREDENCIADA, conforme relação constante do Anexo I, para a terceirização da prestação dos profissionais na área de saúde, para o desempenho em consultas para atuar com crianças que apresentam alterações como trocas e omissões de sons da fala, TDAH, TOD, TEA, autismo, dislexia e disgrafia, a serem executados na unidade de Saúde no Centro de Saúde PSF Drº Rui Brandão, que compõem o Sistema Único de Saúde do Município de Buriti Alegre, Estado de Goiás, pelo S.U.S. (Sistema Único de Saúde) no município de BURITI ALEGRE, mediante prévia designação da CREDENCIANTE, ou em locais para os quais for designado, obrigando-se, para tanto.

I - Promover o atendimento aos pacientes do S.U.S (Sistema Único de Saúde) no Centro de Saúde PSF Drº Rui Brandão do município de BURITI ALEGRE, devendo atender pacientes no tempo determinado nos parâmetros do Ministério da Saúde para o atendimento, onde o número máximo de pacientes diários esteja adequado dentro da carga horária determinada neste instrumento.

II – Quando o local designado pela gestora do F.M.S. for o Centro de Saúde PSF Drº Rui Brandão, ou outra unidade de saúde que passe a realizar o atendimento em funcionamento de 24 horas, deverá promover o atendimento aos pacientes do S.U.S em regime de plantões.

III – O atendimento será no PSF Centro de Saúde PSF Drº Rui Brandão, o(a) profissional da CREDENCIADA deverá atender a quantidade de pacientes diários regulados. Esse número poderá ser majorado se houver pacientes a serem atendidos em caráter de urgência ou emergência, conforme determinação ética do Conselho de Fiscalização de cada Profissão. No caso de não existirem pacientes previamente agendados, deverá ser atendido o(a) paciente que for referenciado pelos ESF's ou que comparecerem espontaneamente.

IV – Documentar na forma regular os códigos dos procedimentos da tabela SIA/SUS (Sistema de Informação Ambulatorial/Sistema Único de Saúde) e código internacional de doenças, na versão, Revisão 10 (CID-10).

Subcláusula Primeira – No atendimento no Centro de Saúde PSF Drº Rui Brandão, devendo realizar o número máximo de consultas diárias, definidas por escrito pela Secretaria de Saúde, além dos procedimentos das consultas. Os números de consultas poderão ser modificados pela gestora por intermédio de ato, de acordo com a demanda.

Subcláusula Segunda – O(a) profissional que descumprir as escalas elaboradas previamente pelo Diretor da Unidade e Diretor Técnico de sua respectiva unidade de saúde, salvo em caso fortuito ou força maior, será submetido às penalidades previstas na Cláusula Décima Sétima deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços de que trata este credenciamento serão prestados no Centro de Saúde do PSF Drº Rui Brandão, no município de Buriti Alegre, mediante prévia designação por intermédio de ato do contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará a partir da assinatura, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados nos termos da lei nº 8.666, por até 60 meses.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O preço dos serviços ora credenciados se dá pelo trabalho prestado pelo(s) profissional(is), sendo percebido mensalmente, devendo o(s) profissional(is) descrever os procedimentos atendidos, utilizado na unidade a qual presta seus serviços, sendo estas informações utilizadas para determinar o Boletim de Produção Individual (BPI), APAC'S, que serão expedidos e anexados aos documentos comprobatórios do serviço, no qual ficarão especificados os procedimentos realizados, conforme estabelecido na tabela do SIA-SUS, sendo que os profissionais da CREDENCIADA deverão se submeter à *Sistemática de Controle e Apontamento*, limitados ao número máximo de atendimento diário.

Subcláusula Primeira – Os valores a serem pagos aos profissionais estabelecidos na presente cláusula estão fixados no anexo II.

Subcláusula Segunda – Pelos serviços efetivamente prestados a CREDENCIANTE, pagará os valores apurados conforme descrito no caput da cláusula quarta, Subcláusula primeira.

Subcláusula Terceira – A CREDENCIADA se obriga a entregar até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao laborado, os mapas de atendimento, escala de frequência, para pagamento das faturas relativas aos serviços prestados, as quais deverão vir acompanhadas dos relatórios individualizados, com discriminação dos serviços prestados pelos profissionais. A CREDENCIANTE se concederá o prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento destes documentos para apresentar, por escrito, reclamações sobre erros de cálculo dos valores, tomando as devidas providências conforme instrução do Ministério da Saúde.

Subcláusula Quarta - Se a credenciada for Empresa Cooperativa, sob o valor dos serviços prestados pelos profissionais será acrescido de 6,53 % (seis vírgula cinquenta e três por cento), a título de administração pelo presente contrato.

Subcláusula Quinta - Do valor global serão deduzidos os impostos competentes na forma da legislação em vigor e da mesma forma pagos pela CREDENCIANTE, aqueles que forem de sua responsabilidade.

Subcláusula Sexta - O pagamento dos serviços prestados será efetuado até o sétimo dia útil após repasse dos recursos do S.U.S. e do município.

Subcláusula Sétima - Os valores faturados relativos aos serviços prestados serão pagos diretamente a CREDENCIADA por meio de depósito bancário feita pela CREDENCIANTE.

Subcláusula Oitava - A CREDENCIANTE efetuará o pagamento dos seus profissionais, referente aos serviços prestados que integram o presente CREDENCIAMENTO, na Agência do Banco e conta corrente indicada.

Subcláusula Nona – Fica convencionado entre as partes que a CREDENCIADA receberá o valor correspondente aos serviços prestados ao Fundo Municipal de Saúde, mediante Regularidade Fiscal, com a apresentação de **Certidões Negativas de Débitos Municipais, Estaduais, Federais, INSS, FGTS e Trabalhistas**.

CLÁUSULA QUINTA – DOS SERVIÇOS

O(s) profissional(is) da CREDENCIADA, a critério do Diretor Geral da respectiva unidade de saúde, serão designados para trabalhar em atendimento de consultas, no Centro de Saúde PSF Drº Rui Brandão. Neste caso, o período de 20 (vinte) horas semanais, atribuindo-se remuneração conforme estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato, para os períodos supra, sem distinção do dia da semana em que for escalonado.

Subcláusula única – As escalas dos serviços serão estabelecidas sob a coordenação do Diretor da Unidade e Diretor Técnico de cada unidade de saúde.

CLÁUSULA SEXTA – DA CARGA HORÁRIA

O(s) profissional(is) da CREDENCIADA cumprirão a escala de serviços, definida para cada caso, a ser determinada pelo Diretor da Unidade da respectiva unidade de saúde, por meio de comunicado interno, o local de trabalho é o Centro de Saúde do PSF Drº Rui Brandão, ou outra unidade de saúde que passe a realizar o atendimento em funcionamento de 24 horas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO I.S.S.

A CREDENCIADA repassará os valores referentes ao recolhimento do imposto sobre serviços de qualquer natureza que serão descontados mensalmente junto aos seus profissionais como profissionais autônomos, o qual será recolhido junto ao Município, devendo ser entregue cópia anual do comprovante de pagamento junto a tesouraria do Município, de todos os recolhimentos mensais, realizados durante o ano.

CLÁUSULA OITAVA – DO MATERIAL COMPROBATÓRIO DO SERVIÇO PRESTADO

O material comprobatório do serviço prestado deverá ser elaborado em conformidade as orientações do Departamento de Auditoria, Controle e Avaliação da S.M.S. e ainda conter:

- I- Número do prontuário médico do paciente e/ou Número da Chave de autorização do Sistema de Regulação (**SISREG**) ou Número do Check-in com carimbo e assinatura da central de regulação;
- II- Nome, endereço completos do paciente e Número do “Cartão SUS”;
- III- Assinatura do paciente ou impressão digital, este em caso do paciente ser analfabeto;
- IV- Código Internacional de Doenças – CID-10;
- V- Data do atendimento;
- VI- Assinatura do Profissional;
- VII- Autorização de Internação Hospitalar (**AIH**) para atendimento hospitalar e Boletim de Produção Ambulatorial (**BPA–I/C**) para atendimento ambulatorial.

CLÁUSULA NONA - DOS COMPROMISSOS E DA RESPONSABILIDADE DA CREDENCIADA

O(s) profissional(is) da CREDENCIADA se obrigam a atender os pacientes com presteza, atenção, profissionalismo, urbanidade e educação, empregando as melhores e mais atuais técnicas, atuando com ética perante os demais colegas e auxiliares de saúde.

O(s) profissional(is) da CREDENCIADA se obrigam, ainda:

- a) a realizar os serviços para os quais foi contratado com zelo, eficiência e dedicação, utilizando todos os recursos da medicina colocados à sua disposição;
- b) Executar os serviços observando os princípios e as técnicas profissionais, comprometendo-se a manter padrão elevado de atendimento, e em conformidade à ética profissional, primando pela sua qualidade, respeitando as regras impostas pela legislação em vigor.
- c) Não ultrapassar os limites contratuais;
- d) Em caso de pacientes que escapem da sua alçada de atuação, requisitar a presença de especialista. Se forem casos que requeiram atendimento especializado do qual a unidade em que opera não dispõem, encaminhá-lo-á a outra unidade mais capacitada.
- e) Assumindo os serviços contratados, deverá o(a) profissional permanecer nas dependências das unidades de saúde nos horários de atendimento, devendo permanecer na unidade de serviços.
- f) Fornece atestados médicos e prescrições com letra legível.)
- g) Apresentar relatório mensal dos atendimentos realizados;
- h) Apresentar-se de forma adequada para a execução dos serviços.
- i) Abster-se do abuso ou desvio de poder.
- j) Notificar por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de rescisão contratual, sob pena da aplicação de multa no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos serviços prestados no mês anterior a rescisão.

k) Manter sempre atualizado seu Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SUBSTITUIÇÕES NA ESCALA DOS SERVIÇOS

Nos casos em que pretender o(a) profissional, ou outro profissional da CREDENCIADA, promover a troca de serviços, ou emprestar substituto ao seu dia de trabalho, deverá requerer no prazo de 72 (setenta e duas) horas que antecedem ao dia serviços, por escrito ao Diretor da Unidade da respectiva unidade, e aguardando o seu deferimento.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: O requerimento deverá descrever o dia da pretensão, o motivo plausível e indicar o substituto para laborar em sua ausência, contendo inclusive a assinatura deste, para demonstrar sua anuência e dar a sua ciência. Qualquer descumprimento nesse sentido, em especial ao abandono do(s) dia(s) acarretará ao infrator as penalidades impostas pelo artigo 9º do Código de Ética Médica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS PACIENTES GRAVES

Nos casos de pacientes graves atendidos no Centro de Saúde PSF Drº Rui Brandão, que necessitem de tratamento com especialista, deverá o(s) profissional(is) da CREDENCIADA, após prestarem o atendimento inicial emergencial, providenciarem regulação do paciente para outra unidade de saúde que disponha do atendimento do qual este necessite, encaminhando-o com laudo/requisição escrita, indicando a hora do atendimento, a hora do encaminhamento, os possíveis diagnósticos, determinando que seja registrado o nome e qualificação de quem atendeu à requisição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ESCALAS DOS SERVIÇOS

Em conformidade com as escalas dos serviços do profissional, serão afixadas previamente, a critério da Diretoria Clínica no *placard* de cada unidade de saúde ou estará à disposição para consulta na Diretoria Clínica, não podendo o(s) profissional(is) da CREDENCIADA alegar ignorância quanto a ela.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS COMPROMISSOS E DA RESPONSABILIDADE DA CREDENCIANTE

A CREDENCIANTE se obriga, por força deste ajuste, a facilitar o desenvolvimento das tarefas dos profissionais da CREDENCIADA, mediante a outorga de permissão de visitas aos diversos setores da área da saúde, bem assim dar condições de trabalho, fornecer papéis e instrumentos de trabalho, quando prestando serviços nas unidades municipais de saúde.

Subcláusula primeira - A CREDENCIANTE terá o poder de fiscalização quanto à prestação de serviços do(s) profissional(is) da CREDENCIADA, porém não imiscuirá quanto às técnicas médicas empregadas, a não ser em casos de negligência, imprudência e imperícia, casos em que, se evidenciados, responderá pessoalmente o profissional cabendo direito de regresso em caso de condenação pela responsabilidade objetiva da administração.

Subcláusula segunda – Incumbe ainda a CREDENCIANTE:

- a) Efetuar o pagamento dos serviços efetivamente prestados conforme ajustado;
- b) Realizar o controle mensal de atendimentos e procedimentos hospitalares, nas unidades de saúde e hospitais.
- c) Alterar, quando preciso e em nome do interesse público, os horários e locais de atendimento, sempre no perímetro urbano de BURITI ALEGRE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DOS PROFISSIONAIS DA CREDENCIADA.

Inexiste vínculo empregatício entre a CREDENCIADA e seus PROFISSIONAIS, razão pela qual a CREDENCIADA, não será responsabilizada, civil ou criminalmente, pelos atos realizados na vigência do contrato, sendo a responsabilidade nestes casos dos próprios profissionais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PROIBIÇÕES A CREDENCIADA

É vedado aos profissionais da CREDENCIADA:

- a) Efetuar tratamento cientificamente condenado, ou em fase experimental, sem resultados aprovados ou que contrarie as Resoluções legais e/ou as do Conselho Federal de Medicina.
- b) Realizar atendimento em seu consultório particular, sem autorização prévia da Gestora Municipal, bem como a utilização de produtos e/ou equipamentos pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde para outros fins, que não os seus próprios, para a efetiva prestação do serviço a população.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

Fica pactuado entre as partes que o presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, de conformidade com os Artigos 77 e 78, seção V, da Lei Federal nº 8.666/93, uma vez observado o interesse público, neste caso, não gerando qualquer ônus ao seu erário.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DAS PENALIDADES

A inobservância pelo(s) profissional(is) da CREDENCIADA de qualquer das cláusulas deste credenciamento ou obrigação constante do credenciamento, ou do dever originado de norma legal ou regularmente pertinente, autorizará a CREDENCIANTE, garantida a prévia defesa, a aplicar a sua imediata rescisão, sem que caiba qualquer indenização.

O(s) profissional se submeterá as seguintes penalidades da seguinte forma:

- a) Advertência escrita;
- b) Suspensão em caso de reincidência e/ou rescisão contratual

Subcláusula primeira- Em caso de o(a) profissional não realizar os serviços ora contratado, ao qual foi designado ou não obter o deferimento em caso de substituição pelo Diretor da Unidade, será facultado a gestora aplicar multa no importe de 20% (vinte por cento) do valor mensal percebido concomitantemente com as penalidades discriminadas acima.

Subcláusula segunda - Implicará, ainda, na rescisão do contrato, a advertência reiterada ao(s) profissional(is) da CREDENCIADA pela prática de qualquer ato que implique em prejuízo aos serviços essenciais da saúde, mediante processo sumário onde seja assegurada ampla defesa.

Subcláusula terceira – A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstância objetivas em que ele ocorreu por critério discricionário da Gestora, e dela será notificada a CREDENCIADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para atender às despesas decorrentes deste Contrato especificado na Cláusula Primeira nos itens I, II e III, serão utilizados os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

06 – FMS Buriti Alegre
06.01 – Fundo Municipal de Saúde
06.01.10 – Saúde
06.01.10.301 – Atenção Básica
06.01.10.301.1038 – Assistência à Saúde
06.01.10.301.1038.2.123 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica
0404 - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos: 102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

Os valores aqui estabelecidos são **estimados para efeito de empenho**. Sobre estes não está obrigado a CREDENCIANTE a pagamento, somente sobre o serviço efetivamente prestado e atestado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA NÃO GERAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Em não havendo subordinação direta, tratando-se de locação de serviços por prazo determinado, este contrato não gera vínculo empregatício de qualquer natureza, e nem tampouco obrigações trabalhistas, pois é decorrente de licitação pública para prestação de serviços insuscetíveis de seleção prévias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA FISCALIZAÇÃO DA AUDITORIA, CONTROLE E AVALIAÇÃO



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O(s) profissional(is) da CREDENCIADA ficaram sujeitos à fiscalização da AUDITORIA, CONTROLE E AVALIAÇÃO, submetendo a ela os mapas de produção e toda a documentação elencada na Cláusula Oitava deste contrato. Fica, ainda, ciente de que a mesma dispõe da competência de glosar os atendimentos incompatíveis, ou considerados excessivos sem que haja justificção, escrita, motivada dentro das justificativas legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Caso sejam criados novos tributos incidentes sobre o trabalho dos profissionais ou, da CREDENCIADA, ou sendo os atuais alterados, os valores dos custos administrativos deverão ser modificados, tudo para que seja mantido o equilíbrio econômico financeiro.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que dela não se faça menção expressa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Buriti Alegre, Estado de Goiás, para nele dirimir quaisquer dúvidas e/ou questões oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas que a tudo assistiram e reportam.

Buriti Alegre-Goiás, _____ de _____ de 2022.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Credenciante

PESSOA JURÍDICA
Credenciada

Testemunhas:

1ª _____ CPF: _____
Testemunha

2ª _____ CPF: _____
Testemunha

ANEXO VI – ANÁLISE CURRICULAR

<u>Quadro de atribuição de pontos para avaliação curricular nível superior.</u>				
Alínea	Especializações	Parâmetros	Valor Unitário	Valor Total
A	Doutorado	1 título	10 pontos	10 pontos
B	Mestrado	1 título	10 pontos	10 pontos
C	Pós-graduação	1 título	10 pontos	10 pontos
D	Experiência Profissional	até 1 ano	10 pontos	50 pontos
		1 a 5 anos	30 pontos	
		acima de 5 anos	50 pontos	
E	Cursos de Aperfeiçoamento de no mínimo 08 horas relacionados a categoria profissional.	4 cursos	5 pontos	20 pontos
F	Cursos de Aperfeiçoamento de no mínimo 16 horas relacionados a categoria profissional.	4 cursos	10 pontos	40 pontos
G	Cursos de Aperfeiçoamento de no mínimo 32 horas relacionados a categoria profissional.	4 cursos	15 pontos	60 pontos